



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE POLÍCIA MARÍTIMA OSTENSIVA E OPERAÇÕES AQUÁTICAS - SEPOM/COT/DIREX/PF

ESTUDO Nº 1 - CERTIFICAÇÕES
NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO

A Polícia Federal necessita de embarcações construídas com padrões de qualidade, confiabilidade e segurança superiores aos exigidos para uma embarcação de esporte e recreio;
O instrumento utilizado nesta contratação, para garantir que as embarcações a ser entregues possuam esses padrões esperados é a CERTIFICAÇÃO;

A Marinha do Brasil, através de portaria, delega sua competência para as Sociedades Classificadoras ou Entidades Certificadoras, atuarem em nome do Governo Brasileiro na implementação e fiscalização da correta aplicação dos requisitos das Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental.

PARÂMETROS DE CERTIFICAÇÃO

Como uma embarcação possui muito nuances, é preciso definir quais parâmetros exigir dos fabricantes, de acordo com a necessidade oriunda da rotina do trabalho policial, já descrita;
As empresas possuem, desde normas gerais até normas muito específicas de certificação, para vários tipos de embarcações, empregadas nos mais variados fins. Da mesma forma será a exigência para a embarcação a ser comprada;
Dentre as normas gerais da DNV, listamos abaixo as que garantem a qualidade exigida para as embarcações a serem adquiridas:

- Especificações gerais da embarcação;
- Certificação estrutural;
- Certificação para casco em alumínio naval;
- Certificação para os testes de fabricação;
- Certificação para barco patrulha uso policial;

Abaixo as normas específicas exigidas:

Estrutura certificada pela DNV como:

1A, HSLC (High Speed Light Craft), R3, Patrol Boat (S) ou equivalente;

1A – Esta nomenclatura indica que a embarcação será certificada levando em conta o conjunto casco/motorização;

HSLC (High Speed Light Craft) – O principal objetivo desta exigência é garantir que a embarcação adquirida seja do tipo planeio, atendendo aos padrões de velocidade versus deslocamento descritos na norma;

R3 – Nomenclatura que indica a área de serviço que a embarcação pode navegar, ou seja, a distância máxima que pode navegar de um porto ou ancoradouro, no caso de 50 a 100 milhas náuticas da costa brasileira, levando em conta o comportamento do mar;

PATROL BOAT (S) – O principal objetivo desta exigência é proporcionar segurança para a tripulação e outras pessoas a bordo em condições climáticas adversas. Isto inclui a segurança da própria embarcação. O “S” se refere ao tamanho da embarcação ser menor que 24 metros;

Entidade Especializada - para efeito das normas nela contidas e da [Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997](#) – como Sociedades Classificadoras e Certificadoras.

Segue abaixo a relação das Sociedades Classificadoras e Entidades Classificadoras, reconhecidas pela [Autoridade Marítima Brasileira](#)

NOME	TIPO	SITIO
American Bureau of Shipping	SC	ABS
Bureau Veritas Ltda.	SC	BV
Bureau Colombo Ltda.	SC	BC
DNV GL	SC	DNV-GL
Lloyd's Register do Brasil	SC	LRB
Nippon Kaiji Kiokai do Brasil	SC	NKKK
Registro Italiano Navale	SC	RINA
Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves	SC	RBNA
Certificadora Brasileira de Embarcações e Sist.	EC	CBES
Autoship	EC	AUTOSHIP
ABS Group Services do Brasil - Port 401/17	EC	ABS
Record Certificação Naval Ltda.	EC	RECORD
AWS Eng., Consultoria, Inspeção e Certificação	EC	AWS
JVC Engenharia, Consultoria e Certificação	EC	JVC
Certificadora CBS LTDA	EC	CBS
Certificadora Intercontinental Bureau Classification Ltda. - IBC	EC	IBC

CERTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

Certificações específicas para embarcação (SEI nº 20089933);

Especificações gerais da embarcação

Certificação estrutural ;

Certificação para casco em alumínio naval;

Certificação para teste de fabricação;

Certificação para barco patrulha uso militar/policial

Certificação de sustentabilidade - emissão de poluentes - motores de popa

EPA - California - USA. ou similar.





Documento assinado eletronicamente por **MARCIO RICARDO MEIRA DA SILVEIRA**, **Chefe de Serviço**, em 21/03/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO MELO MASCARENHAS**, **Agente de Polícia Federal**, em 21/03/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE DE ALMEIDA**, **Agente de Polícia Federal**, em 23/03/2022, às 07:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22503374** e o código CRC **B56D6A76**.